

Maurício Ferreira **Cunha**

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



Direito Processual Civil

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 01.04.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Processo Civil”, passou a ser intitulada “Direito Processual Civil” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C979d
2. ed.

Cunha, Maurício Ferreira
Direito processual civil / Maurício Ferreira Cunha; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed., rev. atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
480 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-473-5

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-76740

CDU: 347.9(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1

| | |
|--|---|
| Teoria geral do processo..... | 1 |
| 1.1 Normas processuais civis | 1 |
| 1.2 Direitos processuais fundamentais | 2 |
| 1.2.1 Noções gerais..... | 2 |
| 1.2.2 Princípios da inércia e do impulso oficial..... | 2 |
| 1.2.3 Princípios da razoável duração do processo e da primazia do julgamento do mérito | 3 |
| 1.2.4 Princípio da lealdade e boa-fé processual | 4 |
| 1.2.5 Princípio da cooperação | 4 |
| 1.2.6 Princípio do contraditório..... | 6 |
| 1.2.7 Princípios da publicidade e da motivação das decisões judiciais | 7 |
| 1.3 Disposições finais e transitórias do CPC/2015 | 7 |
| 1.3.1 Generalidades | 7 |
| 1.3.2 Vigência do CPC e direito intertemporal | 8 |

Capítulo 2

| | |
|--|----|
| Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos..... | 11 |
| 2.1 Negociação, mediação, conciliação..... | 11 |
| 2.1.1 Generalidades | 11 |
| 2.1.2 Mediação <i>versus</i> conciliação | 12 |
| 2.1.3 Princípios informadores da mediação e da conciliação.... | 13 |
| 2.2 Equivalentes jurisdicionais..... | 15 |
| 2.3 Arbitragem..... | 16 |
| 2.3.1 Definição e natureza jurídica..... | 16 |
| 2.3.2 Marco legal e as alterações da Lei nº 13.129/2015..... | 17 |
| 2.3.3 Arbitragem na administração pública | 20 |

Capítulo 3

| | |
|--|----|
| Teoria dos fatos jurídicos processuais | 23 |
|--|----|

Capítulo 4

| | |
|----------------------------|----|
| Função jurisdicional | 27 |
|----------------------------|----|

Capítulo 5

| | |
|---|----|
| Cooperação internacional e nacional | 33 |
| 5.1 Limites da jurisdição nacional | 33 |
| 5.2 Instrumentos de cooperação internacional..... | 36 |
| 5.2.1 Auxílio direto | 37 |
| 5.2.2 Carta rogatória..... | 39 |

Capítulo 6

| | |
|-------------------------------|----|
| Teoria e direito da ação..... | 41 |
|-------------------------------|----|

Capítulo 7

| | |
|--|----|
| Pressupostos processuais..... | 45 |
| 7.1 Pressupostos processuais de existência | 47 |
| 7.2 Pressupostos processuais de validade | 48 |
| 7.2.1 Consequências da incapacidade processual ou da irregularidade de representação | 51 |
| 7.2.2 Capacidade processual das pessoas casadas | 52 |
| 7.3 Pressupostos processuais objetivos extrínsecos | 53 |

Capítulo 8

| | |
|--|----|
| Competência..... | 55 |
| 8.1 Conceito e fontes da competência | 55 |
| 8.2 Perpetuação da jurisdição (estabilização da competência) .. | 56 |
| 8.3 Competência absoluta e relativa | 57 |
| 8.4 Critérios determinativos da competência | 59 |
| 8.4.1 Competência funcional..... | 59 |
| 8.4.2 Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>) | 60 |
| 8.4.3 Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>) | 61 |
| 8.4.4 Competência territorial..... | 61 |
| 8.4.5 Competência em razão do valor da causa | 62 |
| 8.5 Competência da Justiça Federal | 66 |
| 8.5.1 Competência em razão da pessoa..... | 66 |

| | | |
|-------|---|----|
| 8.5.2 | Competência em razão da matéria..... | 68 |
| 8.5.3 | Competência funcional..... | 69 |
| 8.5.4 | Competência territorial..... | 69 |
| 8.6 | Causas de modificação da competência..... | 70 |
| 8.6.1 | Conexão e continência..... | 71 |
| 8.6.2 | Foro de eleição..... | 72 |

Capítulo 9

| | | |
|-------------------------------|---|----|
| Dos sujeitos do processo..... | 73 | |
| 9.1 | Deveres e responsabilidade por dano processual..... | 73 |
| 9.2 | Despesas processuais e honorários advocatícios..... | 77 |
| 9.3 | Gratuidade de justiça..... | 80 |
| 9.4 | Da sucessão das partes e dos procuradores..... | 83 |

Capítulo 10

| | | |
|--|--|-----|
| Litisconsórcio e intervenção de terceiros..... | 87 | |
| 10.1 | Do litisconsórcio..... | 87 |
| 10.1.1 | Conceito e repercussões práticas..... | 87 |
| 10.1.2 | Classificação..... | 88 |
| 10.1.3 | Litisconsórcio multitudinário..... | 91 |
| 10.1.4 | Regras de tratamento dos litisconsortes..... | 92 |
| 10.2 | Intervenção de terceiros..... | 93 |
| 10.2.1 | Generalidades..... | 93 |
| 10.2.2 | Assistência..... | 94 |
| 10.2.3 | Denúnciação da lide..... | 96 |
| 10.2.4 | Chamamento ao processo..... | 98 |
| 10.2.5 | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica... .. | 99 |
| 10.2.6 | <i>Amicus curiae</i> | 101 |
| 10.3 | Intervenção especial dos entes públicos..... | 102 |

Capítulo 11

| | | |
|--|--|-----|
| Do juiz e dos auxiliares da justiça..... | 103 | |
| 11.1 | Do juiz..... | 103 |
| 11.1.1 | Poderes, deveres e responsabilidade do juiz..... | 103 |
| 11.1.2 | Impedimento e suspeição..... | 105 |
| 11.1.3 | Arguição de impedimento e suspeição..... | 107 |
| 11.2 | Dos auxiliares da justiça..... | 108 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 11.2.1 | Do escrivão ou chefe de secretaria e do oficial de justiça.. | 109 |
| 11.2.2 | Do perito | 110 |
| 11.2.3 | Do depositário e do administrador..... | 111 |
| 11.2.4 | Do intérprete e do tradutor | 111 |
| 11.2.5 | Dos conciliadores e mediadores judiciais | 112 |
| 11.2.6 | Do distribuidor..... | 114 |
| 11.2.7 | Do partidor | 115 |
| 11.2.8 | Do contabilista..... | 116 |
| 11.2.9 | Do regulador de avarias..... | 117 |

Capítulo 12

| | |
|-----------------------------------|-----|
| Funções essenciais à justiça..... | 119 |
| 12.1 Do Ministério Público | 119 |
| 12.2 Da Advocacia Pública..... | 121 |
| 12.3 Da Defensoria Pública | 122 |

Capítulo 13

| | |
|---|-----|
| Dos atos processuais | 125 |
| 13.1 Da forma dos atos processuais | 125 |
| 13.2 Da prática eletrônica dos atos processuais..... | 126 |
| 13.2.1 Generalidades | 126 |
| 13.2.2 Publicidade dos atos processuais | 127 |
| 13.2.3 Registro dos atos processuais eletrônicos | 128 |
| 13.2.4 Regulamentação da prática dos atos processuais eletrônicos..... | 128 |
| 13.2.5 Natureza das informações processuais prestadas pelo sistema dos tribunais..... | 129 |
| 13.3 Classificação dos atos processuais..... | 129 |
| 13.3.1 Atos das partes | 130 |
| 13.3.2 Pronunciamentos do juiz | 131 |
| 13.3.3 Atos dos auxiliares da justiça..... | 132 |
| 13.4 Dos negócios jurídicos processuais | 133 |
| 13.5 Do tempo e do lugar dos atos processuais | 135 |
| 13.6 Dos prazos..... | 136 |
| 13.6.1 Noções gerais..... | 136 |
| 13.6.2 Classificação quanto à natureza dos prazos..... | 137 |
| 13.6.3 Contagem dos prazos..... | 138 |
| 13.6.4 Suspensão dos prazos | 140 |

| | |
|---|-----|
| 13.6.5 Prazos próprios e impróprios..... | 140 |
| 13.7 Da comunicação dos atos processuais..... | 141 |
| 13.7.1 Da citação | 142 |
| 13.7.2 Das cartas..... | 150 |
| 13.7.3 Intimações | 151 |

Capítulo 14

| | |
|---|-----|
| Das nulidades..... | 155 |
| 14.1 Generalidades | 155 |
| 14.2 Princiologia das nulidades adotada pelo CPC..... | 156 |
| 14.3 Nulidades cominadas | 157 |
| 14.4 Arguição de nulidades..... | 158 |

Capítulo 15

| | |
|--|-----|
| Da tutela provisória..... | 161 |
| 15.1 Noções gerais..... | 161 |
| 15.1.1 Conceito e características | 161 |
| 15.1.2 Espécies de tutelas provisórias | 162 |
| 15.1.3 Regras comuns às tutelas provisórias | 162 |
| 15.1.4 Tutela provisória contra a Fazenda Pública | 163 |
| 15.2 Das tutelas de urgência | 165 |
| 15.2.1 Conceito e classificação..... | 165 |
| 15.2.2 Requisitos..... | 166 |
| 15.2.3 Forma e conteúdo | 167 |
| 15.2.4 Tutela de urgência satisfativa antecedente | 167 |
| 15.2.5 Estabilização da tutela de urgência | 168 |
| 15.2.6 Tutela de urgência conservativa antecedente | 171 |
| 15.2.7 Regras comuns às tutelas de urgência..... | 172 |
| 15.3 Das tutelas de evidência | 174 |

Capítulo 16

| | |
|--|-----|
| Da formação, suspensão e extinção do processo..... | 177 |
|--|-----|

Capítulo 17

| | |
|--|-----|
| Modelos de organização processual..... | 183 |
| 17.1 Processo e procedimento..... | 183 |

| | |
|---|-----|
| 17.2 Procedimento comum e especial..... | 184 |
| 17.3 Petição inicial | 185 |
| 17.3.1 Requisitos..... | 185 |
| 17.3.2 Causa de pedir e pedido | 186 |
| 17.3.3 Valor da causa | 188 |
| 17.4 Admissibilidade da demanda..... | 190 |
| 17.4.1 Emenda da petição inicial..... | 190 |
| 17.4.2 Indeferimento da petição inicial..... | 191 |
| 17.4.3 Improcedência liminar do pedido | 192 |
| 17.5 Ampliação, redução e alteração da demanda..... | 193 |
| 17.6 Audiência de conciliação ou de mediação..... | 194 |
| 17.7 Resposta do réu..... | 195 |
| 17.8 Contestação | 196 |
| 17.8.1 Definição | 196 |
| 17.8.2 Conteúdo e forma da contestação..... | 197 |
| 17.8.3 Impugnação especificada | 197 |
| 17.8.4 Preliminares | 198 |
| 17.9 Reconvenção..... | 200 |

Capítulo 18

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Providências preliminares | 203 |
| 18.1 Revelia ou contumácia..... | 204 |
| 18.2 Revelia e provas..... | 205 |
| 18.3 Direito de réplica do autor..... | 205 |

Capítulo 19

| | |
|--|-----|
| Julgamento conforme o estado do processo..... | 207 |
| 19.1 Extinção do processo | 207 |
| 19.2 Julgamento antecipado do mérito, total ou parcial..... | 209 |
| 19.3 Saneamento e organização do processo | 211 |
| 19.3.1 Definição e conteúdo..... | 211 |
| 19.3.2 Saneamento consensual | 212 |
| 19.3.3 Saneamento e organização do processo em cooperação com as partes..... | 212 |

Capítulo 20

| | |
|--|-----|
| Das provas | 215 |
| 20.1 Teoria geral do direito probatório..... | 215 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 20.1.1 | Conceito e destinatário da prova..... | 215 |
| 20.1.2 | Objeto e características da prova..... | 216 |
| 20.1.3 | Poder instrutório do magistrado..... | 217 |
| 20.1.4 | Valoração da prova..... | 218 |
| 20.1.5 | Ônus da prova..... | 218 |
| 20.1.6 | Meios de prova..... | 220 |
| 20.2 | Produção antecipada de provas..... | 221 |
| 20.3 | Ata notarial..... | 223 |
| 20.4 | Depoimento pessoal..... | 224 |
| 20.5 | Confissão..... | 226 |
| 20.6 | Exibição de documento ou coisa..... | 227 |
| 20.6.1 | Generalidades..... | 228 |
| 20.6.2 | Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte..... | 228 |
| 20.6.3 | Procedimento e efeitos da exibição requerida contra terceiro..... | 230 |
| 20.7 | Prova documental..... | 231 |
| 20.7.1 | Força probante dos documentos..... | 232 |
| 20.7.1.1 | Documento público..... | 232 |
| 20.7.1.2 | Documento particular..... | 233 |
| 20.7.1.3 | Telegramas, cartas, registros domésticos..... | 235 |
| 20.7.1.4 | Livros empresariais..... | 235 |
| 20.7.2 | Falsidade documental..... | 236 |
| 20.7.3 | Produção da prova documental..... | 238 |
| 20.7.4 | Documentos eletrônicos..... | 239 |
| 20.8 | Prova testemunhal..... | 240 |
| 20.8.1 | Conceito e valor probante..... | 240 |
| 20.8.2 | Admissibilidade <i>versus</i> inadmissibilidade..... | 241 |
| 20.8.3 | A testemunha..... | 242 |
| 20.8.4 | Produção da prova testemunhal..... | 244 |
| 20.9 | Prova pericial..... | 247 |
| 20.9.1 | Conceito e distinções..... | 247 |
| 20.9.2 | Admissibilidade da perícia..... | 248 |
| 20.9.3 | Procedimento..... | 249 |
| 20.10 | Inspeção judicial..... | 251 |

Capítulo 21

| | |
|--|-----|
| Decisão judicial..... | 253 |
| 21.1 Conceito e elementos da sentença..... | 253 |

| | |
|--|-----|
| 21.1.1 Relatório | 254 |
| 21.1.2 Fundamentação | 255 |
| 21.1.3 Dispositivo | 256 |
| 21.2 Requisitos da sentença | 256 |
| 21.2.1 Congruência externa | 257 |
| 21.2.2 Congruência interna | 258 |
| 21.3 Conteúdo da sentença..... | 259 |
| 21.4 Eficácia da decisão..... | 261 |
| 21.4.1 Hipoteca judiciária | 262 |
| 21.4.2 Remessa necessária | 263 |
| 21.5 Publicação e integração da sentença | 265 |

Capítulo 22

| | |
|--|-----|
| Coisa julgada | 267 |
| 22.1 Conceito e natureza jurídica..... | 267 |
| 22.2 Preclusão e coisa julgada..... | 268 |
| 22.3 Limites da coisa julgada..... | 269 |
| 22.3.1 Limites objetivos..... | 269 |
| 22.3.2 Limites subjetivos..... | 270 |
| 22.3.3 Limites temporais | 271 |
| 22.4 Meios de impugnação..... | 272 |
| 22.5 Coisa julgada inconstitucional..... | 273 |

Capítulo 23

| | |
|--|-----|
| Ordem dos processos nos tribunais..... | 275 |
| 23.1 Precedentes judiciais..... | 275 |
| 23.2 Ação rescisória..... | 277 |
| 23.3 Reclamação..... | 281 |
| 23.4 Microssistema de julgamento de casos repetitivos | 284 |
| 23.4.1 Incidente de resolução de demandas repetitivas..... | 284 |
| 23.4.2 Incidente de assunção de competência | 287 |
| 23.5 Incidente de arguição de inconstitucionalidade..... | 288 |
| 23.6 Incidente de suspensão de eficácia de decisão judicial..... | 290 |

Capítulo 24

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Recursos | 293 |
| 24.1 Teoria geral dos recursos..... | 293 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 24.1.1 | Conceito e classificação dos recursos | 293 |
| 24.1.2 | Pressupostos de admissibilidade | 294 |
| 24.1.3 | Disponibilidade dos recursos – desistência e renúncia..... | 299 |
| 24.1.4 | Efeitos dos recursos..... | 299 |
| 24.1.5 | Recurso adesivo..... | 301 |
| 24.2 | Apelação | 301 |
| 24.2.1 | Definição e cabimento | 301 |
| 24.2.2 | Efeito devolutivo | 302 |
| 24.2.3 | Efeito suspensivo | 303 |
| 24.2.4 | Procedimento..... | 304 |
| 24.3 | Agravo | 306 |
| 24.3.1 | Agravo de instrumento | 306 |
| 24.3.2 | Agravo interno | 312 |
| 24.3.3 | Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário .. | 313 |
| 24.4 | Embargos de declaração..... | 314 |
| 24.5 | Recurso Ordinário Constitucional (ROC)..... | 318 |
| 24.6 | Recursos especial e extraordinário | 319 |
| 24.6.1 | Cabimento..... | 319 |
| 24.6.2 | Procedimento..... | 321 |
| 24.6.3 | Efeitos | 323 |
| 24.6.4 | Recursos repetitivos | 324 |
| 24.7 | Embargos de divergência | 328 |

Capítulo 25

| | |
|---|-----|
| Execução e cumprimento de sentença..... | 331 |
| 25.1 Teoria geral da execução..... | 331 |
| 25.1.1 Vias de execução..... | 331 |
| 25.1.2 Espécies de sanções efetivadas pela via da execução .. | 332 |
| 25.1.3 Meios de execução | 332 |
| 25.1.4 Ação de cobrança fundada em título executivo extra- judicial..... | 333 |
| 25.2 Cumprimento de sentença de pagar quantia..... | 333 |
| 25.3 Tutela jurisdicional executiva | 335 |
| 25.3.1 Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva .. | 335 |
| 25.3.2 Requisitos para realizar qualquer execução | 337 |
| 25.4 Demanda executiva..... | 337 |
| 25.4.1 Legitimidade ativa | 338 |
| 25.4.2 Legitimidade passiva..... | 339 |
| 25.4.3 Litisconsórcio e intervenção de terceiros | 339 |

| | |
|---|-----|
| 25.4.4 Órgão jurisdicional competente..... | 340 |
| 25.5 Liquidação..... | 342 |
| 25.5.1 Modelos de liquidação de sentença..... | 342 |
| 25.5.2 Legitimidade para requerer a liquidação | 343 |
| 25.5.3 Liquidação provisória..... | 344 |
| 25.5.4 Cognição na liquidação | 344 |
| 25.5.5 Espécies de liquidação | 345 |
| 25.6 Título executivo..... | 345 |
| 25.7 Responsabilidade patrimonial | 350 |
| 25.8 Fraudes na execução..... | 351 |
| 25.9 Diversas espécies de execução..... | 352 |
| 25.9.1 Obrigação alimentícia..... | 352 |
| 25.9.2 Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa | 354 |
| 25.10 Defesas na execução..... | 357 |
| 25.11 Penhora, depósito e avaliação..... | 360 |
| 25.12 Expropriação e satisfação | 366 |
| 25.13 Suspensão e extinção da execução..... | 367 |

Capítulo 26

| | |
|--|-----|
| Procedimentos especiais do CPC | 371 |
| 26.1 Ação de consignação em pagamento | 371 |
| 26.2 Ação de exigir contas | 373 |
| 26.3 Ações possessórias..... | 373 |
| 26.3.1 Regras gerais | 373 |
| 26.3.2 Ação de manutenção e/ou de reintegração de posse..... | 375 |
| 26.4 Ação de dissolução parcial de sociedade | 377 |
| 26.5 Inventário e partilha | 378 |
| 26.6 Embargos de terceiro | 381 |
| 26.7 Ações de família | 383 |
| 26.8 Ação monitória | 385 |
| 26.9 Procedimentos de jurisdição voluntária..... | 387 |

Capítulo 27

| | |
|--|-----|
| Procedimentos especiais em Legislação Extravagante ... | 389 |
| 27.1 Juizados especiais, cíveis, federais e da Fazenda Pública .. | 389 |
| 27.2 Mandado de segurança, <i>Habeas corpus</i> , <i>Habeas data</i> , Mandado de injunção, Ação popular e Ação civil pública.. | 397 |
| 27.2.1 Mandado de segurança, <i>Habeas corpus</i> , <i>Habeas data</i> e Mandado de injunção..... | 397 |

| | |
|--|-----|
| 27.2.2 Ação popular e Ação civil pública | 402 |
| 27.3 Lei nº 8.078/1990 | 406 |
| 27.4 Estatuto da Criança e do Adolescente | 411 |
| 27.5 Execução fiscal | 412 |
| 27.6 Locação e seus procedimentos especiais | 420 |
| 27.7 Desapropriação | 421 |
| 27.8 Alienação fiduciária em garantia | 423 |
| 27.9 Ação de alimentos | 425 |
| 27.10 Ação de separação e de divórcio..... | 426 |
| 27.11 Registros públicos..... | 427 |
| 27.12 Lei nº 11.340/2006 | 428 |
| 27.13 Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 | 429 |
| 27.14 Lei do Direito de Resposta ou da retificação do ofendido.... | 430 |
| 27.15 Estatuto do Idoso..... | 432 |
| 27.16 Ações de usucapião especial | 434 |

Capítulo 28

| | |
|--|-----|
| Processo coletivo | 437 |
| 28.1 Microsistema processual coletivo | 437 |
| 28.2 Situações jurídicas coletivas..... | 438 |
| 28.3 Normas fundamentais..... | 439 |
| 28.4 Aspectos procedimentais específicos | 441 |
| 28.4.1 Competência | 441 |
| 28.4.2 Legitimados ativos..... | 444 |
| 28.4.3 Relação entre ação coletiva e ação individual | 446 |
| 28.4.4 Intervenção do MP..... | 447 |
| 28.4.5 Litisconsórcio e intervenção de terceiros | 448 |
| 28.4.6 Recursos | 449 |
| 28.4.7 Reexame necessário | 450 |
| 28.5 Decisão estrutural..... | 451 |
| 28.6 Coisa julgada | 452 |
| 28.6.1 Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> | 452 |
| 28.6.2 Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> | 453 |
| 28.6.3 Coisa julgada no mandado de segurança coletivo | 454 |
| 28.6.4 Limitação territorial da coisa julgada | 455 |
| 28.7 Liquidação | 456 |
| 28.8 Execução..... | 458 |
| 28.8.1 Noções gerais..... | 458 |

| | |
|--|-----|
| 28.8.2 Execução de sentença genérica (direitos individuais homogêneos)..... | 458 |
| 28.8.3 Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários de sucumbência..... | 459 |
| 28.9 Processo coletivo passivo | 460 |
| Referências | 463 |